

**XVII Conferência Interparlamentar
UNIÃO EUROPEIA – AMÉRICA LATINA E CARAÍBAS
Lima (PERU), de 14 a 17 de Junho de 2005**

**A AMÉRICA LATINA E AS CARAÍBAS
E A UNIÃO EUROPEIA: BASES DE UMA PARCERIA ESTRATÉGICA**

Carlos Ominami P.
Senador da República do Chile

- 1.- A América Latina e as Caraíbas e a União Europeia estão a tentar desenvolver um projecto comum da maior importância para as duas regiões e para as relações internacionais: a instituição de uma parceria estratégica.

- 2.- A parceria estratégica é emblemática para as duas regiões, na medida em que constitui o único projecto desta natureza por elas realizado nas respectivas relações internacionais.

- 3.- Um projecto de tal envergadura só pôde ver a luz do dia ao fim de um longo processo de maturação com raízes numa história comum, numa cultura comum, num conjunto de princípios e de valores comuns, que orientam o desenvolvimento nacional e as relações internacionais, e numa decisão política forte, que permite transformar todos estes elementos numa visão e numa acção conjunta para o futuro.

- 4.- Além disso, a parceria estratégica birregional é emblemática, na medida em que a sua natureza e o seu sentido diferem de todas as outras iniciativas

internacionais tomadas nas duas regiões. Com efeito, cinco características fundamentais distinguem a parceria estratégica birregional: o seu alcance, a sua amplitude, a sua profundidade, a busca de participação das diversas camadas da sociedade e a sua vertente institucional.

5.- Nesta parceria estratégica participam 58 países: 33 países da América Latina e das Caraíbas e os 25 Estados-Membros da União Europeia. Todavia, de acordo com as decisões já tomadas pela União Europeia, este número ultrapassará em breve sessenta países. Não existe no mundo nenhum outro projecto comum desta natureza, com tão grande alcance e que abrange praticamente um terço dos membros das Nações Unidas.

Nesta perspectiva, a parceria estratégica oferece um potencial imenso de progresso e bem-estar para os seus cidadãos, para a acção comum entre as suas nações e para as suas relações com países terceiros e os organismos internacionais.

6.- A parceria engloba o conjunto das relações entre os países e as suas relações internacionais. Trata-se de uma parceria mundial, de um projecto de globalização entre duas regiões. Organiza-se em torno de três quadros principais: político, económico e de cooperação. Os domínios mais diversos como, por exemplo, os domínios social, cultural, educacional, científico e tecnológico, bem como o relativo à cooperação, incorporam-se através destas actividades, tendo em vista a luta contra o terrorismo, o tráfico de droga e a criminalidade organizada. Está também previsto que, à medida que as realidades nacionais e internacionais mudem, as actividades comuns também evoluirão, a fim de contribuir de forma dinâmica para enfrentar os novos desafios e oportunidades impostos pelas novas realidades.

7.- O carácter mundial da parceria birregional prende-se ainda com um outro aspecto central das relações internacionais: a participação da sociedade civil. A parceria não deve construir-se unicamente com as autoridades políticas das duas regiões, mas explicitamente com a participação organizada das mais diversas camadas da sociedade civil. Este objectivo tem vindo a adquirir uma importância crescente nos últimos anos, em particular nas fases que antecederam a realização das cimeiras de chefes de Estado e de governo. As diferentes perspectivas das relações euro-latino-americanas, apresentadas pelos diversos sectores não oficiais dos países, contribuíram construtivamente para os debates realizados nessas cimeiras.

8.- A profundidade dos compromissos é outra característica da parceria que convém salientar. É possível verificar a importância destes compromissos pela definição da natureza dos objectivos. É o desenvolvimento político, económico, social e sustentável que se procura. Estamos, assim, em presença de uma parceria que transcende a profundidade e o alcance das parcerias normalmente subscritas pelos nossos países, sub-regiões ou regiões, das parcerias que, em geral, se referem unicamente à liberalização do comércio de mercadorias. Trata-se também de avançar, em cada um destes domínios, da forma mais profunda possível e, ao mesmo tempo, com flexibilidade, em função das realidades concretas a que é necessário fazer face.

Pretende-se, assim, no domínio político, que as mais altas autoridades dialoguem tanto sobre os assuntos específicos das relações entre as duas regiões como sobre as relações com o resto do mundo e sobre os temas dos organismos internacionais. A questão do intercâmbio de informações coloca-se igualmente, bem como a das consultas e, se for caso disso, a da definição de posições comuns e acções conjuntas das duas regiões nas instâncias correspondentes. No domínio económico,

por exemplo, visa-se a liberalização de todas as trocas, isto é, o comércio de bens, os serviços, a circulação dos pagamentos e dos capitais, mas de forma progressiva e recíproca. Mais ainda, deve prosseguir-se o objectivo da liberalização das trocas, acompanhado das disposições, conjuntamente adoptadas, que assegurem as condições de concorrência adequadas.

9.- A institucionalização é uma característica fundamental da história das relações entre a América Latina e as Caraíbas e a União Europeia e, nos últimos anos, dos progressos obtidos pela parceria estratégica. Para compreender melhor esta dimensão, é importante recordar alguns marcos fundamentais.

10.- Os primeiros contactos oficiais desenvolveram-se já desde o início dos processos de integração respectivos, na década de 1960, com a abertura, em 1967, de um gabinete permanente da Comissão Europeia na América Latina. Em 1974, foram os parlamentos europeu e latino-americano que, através da realização da primeira conferência dos deputados da Comunidade Europeia e da América Latina, iniciaram o diálogo institucional não só entre os dois parlamentos, mas também entre as duas regiões. É com muita satisfação que realizamos hoje a nossa décima sétima reunião.

11.- É também com muita alegria que podemos realçar o importante papel desempenhado pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento Latino-Americano em todo o processo de aprofundamento das relações entre as duas regiões. Na prática, sempre estiveram na vanguarda do processo e a acção dos dois parlamentos revelou-se crucial na orientação dos importantes progressos até hoje registados. Do mesmo modo, os parlamentos nacionais dos países europeus e latino-americanos desempenharam um papel determinante no reforço das relações mútuas. Quando

foram chamados a pronunciar-se oficialmente, o apoio aos acordos entre a União Europeia e os países latino-americanos foi praticamente unânime.

12.- Por outro lado, em 1990, iniciou-se o diálogo político institucional entre os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia e da América Latina e das Caraíbas, representado pelo Grupo do Rio, através da declaração de Roma.

13.- Os diálogos institucionais entre os governos, através dos seus ministros dos Negócios Estrangeiros, e dos parlamentos europeu e latino-americano revestiram-se de uma importância capital para o reforço das relações mútuas e, em especial, para o progresso na materialização das «novas relações» com os «novos instrumentos» que surgiram a partir da última década. O resultado foi um aperfeiçoamento claro e definitivo da rede institucional que interliga as duas regiões. Neste sentido, é de salientar que, em meados da década passada, surgiram novos acordos, «ambiciosos e inovadores», entre a União Europeia e a América Central, a Comunidade Andina, o Chile, o Mercosul e o México, tendo cada um estabelecido, por seu turno, o seu próprio quadro institucional para o diálogo bilateral.

14.- O processo de aperfeiçoamento do diálogo entre as duas regiões atingiu, em 1999, um ponto culminante com o lançamento das cimeiras dos presidentes e chefes de Estado e de governo da União Europeia e da América Latina e das Caraíbas. Foi precisamente na primeira cimeira, através da declaração do Rio de Janeiro, que as autoridades supremas da América Latina, das Caraíbas e da União Europeia decidiram criar a parceria estratégica birregional. Depois dela, realizaram-se as cimeiras de Madrid e Guadalajara, tendo sido acordado que a quarta reunião teria lugar em 2006, na cidade de Viena.

15.- Nas cimeiras, as características gerais da parceria estratégica foram tomando progressivamente forma, nos domínios político, económico e de cooperação, traçando o caminho dos acordos específicos que a materializam. No intuito de acompanhar e avaliar a concretização dos consensos, bem como de preparar a cimeira seguinte, foi igualmente criado um grupo de altos funcionários das duas regiões.

16.- O papel preponderante e crescente que as cimeiras assumiram no reforço das relações mútuas, tanto no tocante ao aprofundamento dos princípios e valores comuns como à definição dos objectivos partilhados e dos mecanismos convenientes para progredir na sua realização, é particularmente importante. Há que salientar, em especial, o papel desempenhado pelas reuniões das autoridades supremas das duas regiões na consecução dos objectivos pretendidos e na adopção dos compromissos jurídicos correspondentes através dos acordos de associação bilaterais. O impulso das cimeiras revelou-se muito importante nos acordos de associação que a União Europeia assinou com o México, em 2000, e com o Chile, em 2002. Foram também as cimeiras que deram início às negociações relativas ao estabelecimento de uma parceria entre a União Europeia e o Mercosul e que permitiram que lhes fosse dada especial atenção. Recentemente, na cimeira de Guadalajara, foi igualmente a esse nível que se deu início a um processo que deverá reger os acordos de parceria entre a União Europeia e a América Central e a Comunidade Andina.

17.- Através da declaração de Guadalajara, formulada na terceira cimeira de Maio de 2004, os presidentes e chefes de Estado e de governo da União Europeia, da América Latina e das Caraíbas actualizaram e aprofundaram os consensos obtidos nas duas cimeiras anteriores e reiteraram, em particular, o compromisso de consolidar a parceria estratégica birregional. É de salientar, sobretudo, que a

reunião de Guadalajara permitiu aprofundar dois dos temas fundamentais da agenda comum euro-latino-americana: **o multilateralismo e a coesão social**.

18.- As autoridades supremas da América Latina, das Caraíbas e da União Europeia reiteraram a sua visão comum de que um sistema multilateral eficaz, baseado no direito internacional, apoiado em instituições internacionais sólidas e em que as Nações Unidas desempenhem um papel central, é essencial para atingir a paz e a segurança internacional, o desenvolvimento sustentável e o progresso social.

19.- A parceria estratégica entre a América Latina e as Caraíbas e a União Europeia é fundamental para lutar contra as tentativas do Governo norte-americano de impor unilateralmente os seus pontos de vista ao resto do mundo. Uma globalização sem regras é susceptível de reduzir vastas regiões do mundo à marginalização e à estagnação. É possível e necessária uma nova ordem económica, que abra caminho a uma racionalidade económica superior. Para a materializar, porém, há que proceder a uma enorme concertação de esforços, a fim de fazer face à tentativa dos Estados Unidos de impor a sua hegemonia em substituição a uma ordem superior baseada em regras justas e eficazes. A nossa parceria estratégica, com os seus mais de sessenta países, constitui o principal vector de forças para dirigir o processo tendente a ultrapassar a unipolaridade reinante na actualidade.

20.- Por outro lado, os chefes de Estado e de governo das duas regiões chegaram a acordo quanto a dar prioridade à coesão social como um dos elementos principais da parceria estratégica birregional e comprometeram-se a cooperar no sentido de

erradicar a pobreza, a desigualdade e a exclusão social, consideradas como outras tantas afrontas à dignidade humana, que enfraquecem a democracia e ameaçam a paz e a estabilidade.

21.- Um contributo crucial da parceria estratégica é a validação da pluralidade de opções em matéria económica-social. A riqueza das experiências nacionais dos nossos países demonstra que a ideia de um «pensamento único» é infundada. Ela põe igualmente em evidência que não existe uma validade universal na orientação dos processos económicos no sentido do desenvolvimento. Uma estratégia de desenvolvimento é uma construção complexa de múltiplas dimensões, que não podem ser reduzidas a um simples conjunto de receitas técnicas. A experiência europeia em matéria de **economia social de mercado, de políticas industriais e de Estado social** constitui uma referência fundamental para relançar um debate democrático em torno de um conjunto mais vasto de opções económicas.

22.- A criação de uma parceria estratégica constitui, sem dúvida, um desafio fundamental para a União Europeia e para a América Latina e as Caraíbas, que se faz acompanhar de projecções internacionais importantíssimas para a inserção das duas regiões no processo de globalização e, em especial, para o processo de integração da América Latina e das Caraíbas.

23.- A busca permanente de uma aplicação mais plena e eficaz da institucionalização muito completa que as duas regiões criaram (cimeiras, reuniões dos parlamentos europeu e latino-americano e reuniões dos ministros dos Negócios Estrangeiros), bem como dos acordos celebrados entre a União Europeia, o México e o Chile, e a rápida assinatura dos acordos de associação entre a União Europeia e o Mercosul, a Comunidade Andina e a América Central, constituem marcos fundamentais na consolidação definitiva da parceria estratégica birregional.

24.- A parceria estratégica é um grande projecto, cuja progressão e construção exigem a reunião de condições muito estritas em primeiro lugar, uma Europa: sólida e uma América Latina e Caraíbas também solidamente integradas. Não há dúvida de que, neste plano, se nos depara uma situação muito assimétrica. Ainda que o debate em torno da questão «mais Europa ou mais europeus?» seja de uma evidente pertinência, é manifesto que a União Europeia realizou um esforço colossal de integração. Não podemos, infelizmente, dizer o mesmo da nossa região. Apesar de alguns progressos, a nossa região continua a caracterizar-se por níveis de integração extremamente baixos. A integração das nossas infra-estruturas, das nossas plataformas energéticas e dos nossos esforços tecnológicos ainda não passam, quanto ao essencial, de questões pendentes. Se a isto acrescentarmos o facto de a cooperação e a integração políticas se inscreverem num processo ainda muito embrionário, concluimos que obstáculos de monta se erguem no nosso caminho.

25.- As cimeiras definiram um vasto conjunto de iniciativas que é absolutamente necessário concretizar. Mais do que juntar-lhes outras, conviria definir uma **agenda breve**, com um número limitado de iniciativas susceptíveis de serem concretizadas de forma mais ou menos rápida e de gerar, assim, novas forças e novos impulsos para fazer face a tarefas de maior alcance e envergadura.

Proponho, nesta perspectiva, quatro domínios em torno dos quais se deveriam empreender iniciativas concretas que poderiam produzir efeitos práticos em relativamente pouco tempo:

- i) instituição de um **sistema voluntário de vigilância das nossas democracias**, de modo a dispormos de **mecanismos de alerta precoce** em relação às crises políticas que enfraquecem a nossa região;

- ii) definição de **uma proposta comum** para fazer face ao importante debate sobre a **reforma das Nações Unidas**;
- iii) elaboração de um **programa de investimento comum** que auxilie a América Latina e as Caraíbas nos seus esforços de integração no domínio energético;
- iv) estruturação de um programa de difusão das boas práticas nacionais em matéria económico-social, que contribua para alargar a gama de opções e combater utilmente a ideia absurda, mas recorrente, de um pensamento e de um modelo únicos.